

AGIER, Michel. *Antropologia da Cidade: Lugares, Situações, Movimentos.* Tradução de Graça Índias Cordeiro. São Paulo, Editora Terceiro Nome, 2011 [2009], 213 pp.

Guilhermo Aderaldo
Universidade de São Paulo

Finalement être d'un lieu, comme l'étranger veut l'être pour se repérer et pour comprendre les repérages de ceux dont il s'approche, c'est en créer soi-même l'hologramme – une totalité en déconstruction. En son sein, chacun situe ses propres circulations et donne un sens à celles des autres. (...) Si chacun façonne ainsi sa propre ville imaginaire, toujours un peu différente de celle des autres, nous avons en commun d'en avoir tous une et cela nous rapproche. Cela nous identifie tous à un même lieu, et cette projection locale commune est une médiation qui nous identifie les uns aux autres, sans nous confondre. La ville reste invisible comme totalité, mais elle peut devenir le symbole partagé de tous ceux qui y vivent (Agier, 2004, p. 28)¹.

Nos termos técnicos hologramas são registros de objetos que, quando iluminados de forma correta, permitem a visualização das partes que lhes deram origem². A utilização desta metáfora como referência à cidade, conforme nos aponta Michel Agier no trecho acima, retirado de uma pequena publicação intitulada *La Sagesse de L'Ethnologue* (Agier, 2004), parece ser um bom começo para falar a respeito de seu livro *Antropologia da Cidade: Lugares, Situações, Movimentos*, publicado no Brasil pela editora Terceiro Nome (2011 [2009]).

Para o antropólogo francês, que viveu durante muitos anos no Brasil, onde desenvolveu e publicou importantes pesquisas³, a cidade não pode ser pensada como um objeto cuja totalidade possa ser captada pelo pesquisador. Neste sentido, há uma clara intenção de deslocar a noção hegemônica e normativa – “urbanística, estatística ou administrativa”

(p. 36) – do conceito na direção de sua dimensão relacional, inapreensível da parte de qualquer concepção previamente formulada.

É quando observamos “por cima do ombro dos cidadãos” (p. 38), focando suas práticas e modos de significação (sempre circunstanciais), que podemos encontrar a cidade de alguma maneira (em processo). Tal opção epistemológica, por sua vez, obriga-nos a substituir a pergunta acerca de “o que é uma cidade?”, onde adotamos como referência uma concepção prévia (*a priori*) do termo, na direção de outra, que pode ser traduzida pelo questionamento sobre “o que faz cidade?” (pp. 38-39), quando a referência passa a ser as práticas decorrentes das astúcias cidadinas.

O livro se divide em nove capítulos, organizados em três partes: 1. “A Cidade dos Antropólogos”; 2. “Lugares e Fragmentos: A Cidade em Processo”; e 3. “Situações e Comunidades: A Cidade em Movimento”.

Os capítulos (um a três) relativos à primeira parte convergem para as discussões em torno das condições que tornam a cidade num objeto passível de ser apreendido pelo conhecimento antropológico. Nesta parte, Agier preocupa-se em posicionar seus argumentos frente à literatura das ciências sociais (sobretudo no campo da antropologia) que vem se dedicando, particularmente desde a formação da chamada *Escola de Chicago* na década de 1920, a pensar a cidade como *locus* privilegiado para a observação das dinâmicas sociais.

Em relação ao conteúdo desenvolvido pela primeira geração de autores vinculados a esta “escola” (sobretudo Louis Wirth, Robert Park e Robert Redfield), Agier – considerando a especificidade do contexto sócio político de Chicago – chama a atenção para o modo como o ponto de partida destes autores – que, em grande parte, haviam sido jornalistas ou agentes municipais encarregados de questões urbanas⁴ – surgiu de uma percepção idealizada do mundo rural. Afinal, a cidade aparece como matriz conceitual em seus primeiros trabalhos a partir de seu encaixe como contraponto à sociedade tradicional. É em relação à referência

idealizada do mundo rural que a cidade ganha especificidade como o lugar da “emergência do indivíduo como unidade de pensamento e ação” (p. 64). O problema desta “hipótese individualista” (p. 64), conforme reconhece o autor, surge em decorrência da representação da figura do cidadão como eternamente fixada na condição de “estrangeiro”.

É a noção de “região” que possibilitará um avanço em relação às concepções individualistas lançadas inicialmente. Isso porque, ao considerar as áreas urbanas a partir das codificações morais que lhes são atribuídas pelos atores, possibilitando uma visão segmentada da cidade, tal representação leva-nos a conceber os “indivíduos” na condição de “pessoas”, ou seja, agentes que possuem, em algum contexto, um *status* social específico, deixando assim de serem confundidos com a identidade de estrangeiros absolutos.

No entanto, do modo como Park concebe, essas “regiões morais” acabam se tornando universos fechados em si mesmos. Tal característica é o que possibilita o desenvolvimento da metáfora da “cidade mosaico”, à qual Agier entende como uma reificação intelectualmente cômoda (p. 71), uma vez que não obriga o analista a lidar com os planos intermediários. Conforme diz o autor:

A transformação dos espaços urbanos em fronteiras identitárias, mesmo em sua forma mais completa, a do bairro étnico, é sempre fundada sob olhares cruzados que põem em jogo diferenças de gostos, de estilos de vida e de comportamentos. O conjunto desses critérios resulta de uma configuração global de valores morais à escala da cidade (Agier, 2011 [2009], p. 71).

Um primeiro “ajuste metodológico” (p. 73) no sentido da viabilização de uma conduta etnográfica capaz de permitir a captação de pontos intermediários, evitando assim a supervalorização do aspecto territorial sem, no entanto, desprezar sua importância, foi desenvolvido pelos antropó-

logos africanistas vinculados ao instituto Rhodes Livingstone, que, em conjunto, foram notabilizados pela expressão: “Escola de Manchester”.

Um dos conceitos mais importantes, surgidos a partir das pesquisas elaboradas pelos autores dessa “escola”, particularmente Max Gluckman e J. C. Mitchell, foi o de “situação”. De acordo com a abordagem “situacional”, todo o peso da análise deve estar concentrado no contexto da interação entre os diferentes sujeitos da pesquisa, ao contrário das “culturas” em nome das quais se supõe que eles agem. Deste modo o observador se liberta “do constrangimento monográfico habitual à etnografia. Porque não são os limites espaciais que definem a situação, mas os da interação” (p. 73).

Outro conceito importante, desenvolvido pelos pesquisadores filiados à Escola de Manchester é o de “Rede”, que permite uma maior mobilidade do antropólogo à medida que este passa a se apoiar sobre as diferentes situações para “ver” e “seguir” as práticas e trocas dos agentes, buscando assim um acompanhamento mais alargado e preciso do eixo em torno do qual gravitam as sociabilidades e valores partilhados pelos cidadãos.

Porém, apesar de seus inegáveis avanços conforme reconhece Agier, um problema comum a todos esses conceitos e tradições teóricas refere-se ao fato de os mesmos terem atribuído especificidade à cidade utilizando o mundo rural (empírico e teórico) como referência, na medida em que a grande maioria dos autores trazia para os contextos urbanos o mesmo arsenal teórico-metodológico que informava as pesquisas que faziam no campo.

Tal problema é o que leva o autor à pergunta que provavelmente se desdobra na contribuição mais importante do livro: “Será possível imaginar uma antropologia na cidade que fosse toda ela feita a partir das cidades?” (p. 87). Sua resposta é a de que tal conduta não só é possível, como parece ser a única forma de converter a cidade (relacional) em objeto do saber antropológico, para além das especificidades decorren-

tes dos corporativismos temáticos. Diante dos avanços das técnicas de comunicação e mobilidade do mundo atual, parece haver muito pouco espaço para uma antropologia que não seja, ao mesmo tempo, uma antropologia “da cidade”.

Nos capítulos (quatro a seis) que compreendem a segunda parte do livro, o autor se debruça sobre o conjunto de suas etnografias em uma série de contextos urbanos distribuídos por diferentes lugares do planeta, com a finalidade de demonstrar a importância de um enfoque (situacional e reticular) centrado nas relações intermediárias, capazes de trazerem ao centro do debate a pergunta da fronteira, afinal, aquilo que separa ao mesmo tempo relaciona. Tal enfoque analítico, demonstrado por inúmeros exemplos etnográficos, aponta para a importância de escaparmos de chaveamentos teóricos detidos em polarizações simplistas e *apriorísticas*.

É o caso do capítulo quatro (“O que torna a cidade familiar”), onde, a partir da etnologia realizada nas vielas do bairro da Liberdade em Salvador, Agier nos mostra a fraqueza empírica de argumentos apoiados na ideia de uma separação rígida entre rural e urbano, casa e rua, centro e periferia. Algo que radicaliza nos capítulos subsequentes (cinco: “Zoneamento urbano, zoneamento planetário” e seis: “Rascunhos de cidade”), quando, ao refletir sobre a ideia de “zona”, introduzida inicialmente por Ernest Burgess (p. 119), no contexto da Escola de Chicago, e, rapidamente adotada por um urbanismo preocupado em compartimentar a cidade a partir de projetos funcionalistas – pouco (ou nada) relacionados com as práticas cidadinas à medida que surgem da passagem direta da utopia e da prancheta dos especialistas para os espaços urbanos, formando comunidades residenciais fechadas e convertendo espaços de uso comum em universos privados –, o autor oferece as condições de inteligibilidade para a compreensão dos novos tipos de territorialidade que vêm emergindo de uma modalidade particular de zoneamento, não mais restrito aos limites de uma cidade, mas administrado em escala global.

Trata-se da realidade compartilhada por milhões de pessoas que vivem atualmente marginalizadas nos campos de refugiados, em zonas porosas e liminares constituídas com a finalidade de gerenciar a “vida excedente” dessas populações “indesejáveis”, que, à medida em que se veem pressionadas pelas diversas modalidades de zoneamento geopolítico – que buscam cortá-las dos mapas urbanos –, passam a ter suas vidas governadas por um sistema “humanitário”, ao qual resistem cotidianamente. Tais resistências, por sua vez, ao serem apreendidas pelo olhar atento do etnógrafo, tornam possível a visualização de verdadeiras “cidades” que, ao nascerem de onde menos se espera, transformam-se em uma espécie de espelho invertido da globalização.

Na terceira e última parte (capítulos sete a nove), são essas “resistências”, agora convertidas em apropriações éticas e estéticas pelos cidadãos em suas variadas formas e contextos, que ganham relevo.

Valendo-se de uma apreensão situacional – com a finalidade de evitar uma concepção “culturalista” das relações observadas –, Agier analisa uma série de eventos que têm na cidade o seu teatro, na medida em que a mesma possibilita que a diferença cultural se torne não somente um objeto a ser identificado, mas também um recurso político ou econômico. O ponto defendido pelo antropólogo é o de que, mais importante do que a adoção de uma concepção focada na “cultura”, parece ser uma análise voltada ao processo criativo que dá lugar à própria criação cultural. Para tanto, é preciso, da parte do pesquisador, que sua atenção esteja voltada às situações reais de interação entre indivíduos e sobre os significados criados pelos atores “nas relações cotidianas (situações normais), nos acontecimentos (situações extraordinárias, ocasionais), em situações rituais e em espaços/tempos intermediários (situações de passagem)” (p. 147).

Tal modo de conceber a pesquisa etnográfica é o que possibilita compreendermos a forma como o passado é atualizado em certos rituais e por certas disputas contemporâneas. Um exemplo magnífico neste

sentido refere-se ao carnaval de Notting Hill, em Londres, que, surgido de um ambiente multirracial, em 1966, posteriormente veio a ser ressignificado por jovens de origem caribenha que excluíram os brancos da própria memória da festa⁵.

Assim como no caso de Notting Hill, o autor traz diversos outros exemplos passíveis de demonstrar a importância de observarmos as questões “culturais” a partir de um enfoque situacional, com a finalidade de não reproduzirmos concepções exóticas e essencializadas dos fenômenos observados. Algo que serve não somente para a análise de manifestações “marginais”, mas também para o próprio modo como certo imaginário hegemônico (e normativo) sobre a “metrópole” é construído.

Neste sentido, cabe retomar um dos momentos mais marcantes de minha (ainda curta) trajetória acadêmica, quando participei, juntamente com outros colegas do Departamento de Antropologia da FFLCH/USP, da entrevista concedida pelo professor Agier a esta mesma *Revista de Antropologia* em 2010. Após conversarmos longamente sobre sua riquíssima trajetória de pesquisas, quase toda ela construída a partir da observação de contextos “marginais” fora da Europa, a última pergunta – feita por Heitor Frúgoli Jr – trouxe o questionamento sobre o modo como Michel Agier concebia Paris. Sua resposta, como não poderia deixar de ser, trouxe uma Paris bastante diferente daquela que costumamos ver nos cartões postais e guias de viagem: uma cidade habitada por diversas manifestações de ciganos, moradores sem teto, ocupantes de *squatts*, entre outros atores que haviam sido privilegiados em um estudo, àquela altura recente, do antropólogo. Após trazer esses agentes “invisíveis” ao centro da visibilidade de Paris, Agier completou a resposta dizendo que: “ter esses tipos de refúgio em Paris é também uma maneira de Paris estar no mundo, é uma forma de mundialização urbana”⁶.

Algum tempo após a referida entrevista, eu mesmo estive na cidade, por um ano, como aluno do professor Agier e, ao me deparar (incontá-

veis vezes) com a cena de pessoas, sobretudo descendentes de imigrantes, vendendo miniaturas da torre Eiffel – feitas na China – a turistas de todo mundo, pude entendê-lo melhor, bem como as “cidades” da antropologia que propõe no livro que dá lugar à presente resenha.

Notas

- ¹ “Em última análise, ser de um lugar, como o estrangeiro quer ser para se identificar e compreender as marcas daqueles dos quais se aproxima, é criar o holograma em si mesmo – uma totalidade em desconstrução. Dentro dela, cada um confunde-se com sua própria circulação e dá sentido à dos outros. [...] Se cada um forma assim, a sua própria cidade imaginária, sempre um pouco diferente daquela formada pelos outros, temos em comum o fato de estarmos todos em uma mesma unidade e isto nos aproxima. Isto envia todos a um mesmo lugar, e esta projeção é um local comum de mediação que nos identifica uns aos outros, sem nos confundirmos. A cidade permanece invisível como totalidade, mas pode se tornar o modelo simbólico compartilhado por todos aqueles que nela vivem” (tradução minha).
- ² Para mais detalhes ver: <http://www.cienciaviva.pt/projectos/pulsar/hologramas.asp> (Acesso em 29 dez. 2012).
- ³ Um excelente resumo destes trabalhos pode ser encontrado no belo prefácio do livro, escrito pelos professores Heitor Frúgoli Jr., docente do Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo (USP) e Graça Índias Cordeiro, antropóloga ligada ao Departamento de Métodos de Pesquisa Social do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL).
- ⁴ Uma importante análise da trajetória pessoal e intelectual desses autores pode ser vista em Hannerz (2009 [1980]), particularmente nos capítulos 2 e 3.
- ⁵ O estudo aqui referido e mencionado por Agier (p. 150) em relação as análises realizadas pelo antropólogo no carnaval de Tumaco, na Colômbia, foi realizado por Abner Cohen no livro *Masquerade Politics. Explorations in the Structure of Urban Cultural Movements*. Oxford: Berg, 1993.
- ⁶ Ver *Revista de Antropologia* (julho/dezembro de 2010, p. 838).

Referências bibliográfias

AGIER, Michel

2011 [2009] *Antropologia da Cidade: Lugares, Situações, Movimentos*. Tradução de Graça Índias Cordeiro. São Paulo: Ed. Terceiro Nome.

2004 *La Sagesse de L'ethnologue*. Paris, Ed. L'oeil neuf.

FRÚGOLI JR., Heitor; ADERALDO, Guilherme; DAMASCENO, Janaína; OLIVEIRA, Isabela & FAZZIONI, Natália

2010 “As cidades da antropologia: entrevista com Michel Agier”. In *Revista de Antropologia*, v. 53, n. 2, julho/dezembro de 2010, pp. 811-842.

HANNERZ, Ulf

2009 [1980] *Explorer la Ville*. Paris, Ed. Les Éditions Minuit.